

Pode-se afirmar sem qualquer dúvida que a cidade de Franca não seria o que é hoje não fosse a estrada de ferro Mogiana, que aqui chegou em 1887. Foram seus trilhos que permitiram escoar sua produção agrícola trazendo riqueza para os fazendeiros, novos investimentos em urbanização, possibilitou receber levas de imigrantes europeus pobres que trouxeram novas técnicas construtivas e outros saberes bem como receber migrantes que criaram as escolas confessionais que a tornaram um forte polo educacional (as freiras do Lourdes e os irmãos maristas do Champagnat). Também foi a ferrovia que permitiu o salto da industrialização calçadista, exportando sua produção desde a fábrica Jaguar na década de 1920. Enfim, são muitas as razões que apontam a presença da ferrovia na cidade como indutor do seu desenvolvimento econômico, urbano e social.

As mudanças do país operadas a partir dos anos 1950 e a opção rodoviária (que hoje se revela insustentável) levou a ferrovia ao sucateamento e ao abandono, restando apenas edificações sem serventia para o uso original. Quando a Mogiana encerrou sua operação em Franca em 1976, o prédio da estação ficou vazio, chegando-se a cogitar sua demolição. Felizmente, acabaram dando-lhe utilidade, ocupando-o com repartições públicas.

Não sem motivo, o então prefeito Gilmar Dominici (PT) decretou em 1997 o tombamento definitivo do edifício por sua importância histórica e cultural para a cidade, com o projeto de ocupá-lo com um centro cultural denominado “Salles Dounner” a partir da sucursal da biblioteca municipal, com salas de exposições, auditório e museus. Uma parte do edifício chegou a ser recuperada à época, mas a abertura da Avenida da Integração com forte tráfego e trepidação constante e o fato do prédio estar “aberto” à comunidade levaram-no a um processo de deterioração. Após anos de espera, finalmente o atual prefeito Alexandre Ferreira (MDB) resolveu investir na louvável recuperação do prédio.

Infelizmente, como quase tudo deste governo, o fez sem qualquer participação da sociedade na definição das políticas públicas e sem qualquer imaginação ou arrojo. Ancorado em ideias fora do lugar de sua equipe e do vice-prefeito extremista de direita, o prefeito optou por reformar o prédio (e não restaurar, como seria indicado a um bem tombado) com um projeto que não recebeu análise crítica externa, seu programa foi imposto goela abaixo da comunidade. O projeto previa transformar o espaço antes previsto para o centro cultural num mercado, um café (em estilo parisiense, na expressão do vice-prefeito), na expansão da biblioteca e num espaço para obras do artista Salles Dounner.

Se o projeto já não era o esperado, licitar por menor preço obras num imóvel tombado é sempre inadequado, um risco para a qualidade do resultado. Foi o que ocorreu. Além de insuficiente detalhamento do projeto executivo que levou a trocar as tesouras da cobertura, a empreiteira vencedora não tinha as condições técnicas adequadas para executar uma obra dessa natureza e o resultado foi previsível: péssima qualidade construtiva, defeitos visíveis a olho nu e atraso de anos na entrega aos cidadãos dos serviços previstos pela prefeitura, fora a necessidade de novos ajustes na obra pela falta de planejamento – a prefeitura está improvisando no local uma unidade descentralizada da Escola de Iniciação Musical – EMIM que transformou o espaço que seria para Salles Dounner numa única sala de difícil acesso público e pouco adequada a exposições de artes visuais. A arquitetura hostil presente no fechamento da plataforma de embarque com gradis metálicos visando afastar os moradores de rua destruiu a visibilidade da antiga estação e o trânsito de pedestres ficou prejudicado numa avenida de grande movimento. A prefeitura não conseguiu também viabilizar até hoje o tal “café parisiense” nem o mercado popular (há rumores que vão instalar no local um outro equipamento social não previsto), onde foram investidos o grosso do dinheiro público para construir pequenos quiosques internos, que agora deverão ser destinados a outro uso ou demolidos. A pergunta que fica e que os vereadores responsáveis pela fiscalização do Executivo deveriam responder é: quais foram os estudos técnicos em que a Prefeitura se baseou

para acreditar que seria possível implantar um mercado para o qual não tem expertise? A empreiteira cumpriu o contrato e a fiscalização da obra foi correta? Alguém será responsabilizado caso fique claro que houve má condução do processo? Pior ainda, o mesmo poderá ocorrer novamente com a destruição do estádio Nhô Chico para outro projeto dessa natureza?

Essa situação remete a outro aspecto do abandono do patrimônio histórico público em Franca, que é o edifício do antigo Departamento de Promoção Social – DEPRÓS, parte do também tombado Colégio Champagnat. Abandonado recentemente às pressas por risco aos usuários caso desabasse, segundo informou a Prefeitura o prédio está sendo objeto de uma oferta de ocupação por uma entidade privada, o “Instituto Sou da Construção Civil”, que pretende criar no local uma escola para formação de profissionais da construção civil, como pedreiros, encanadores, eletricitistas e outras habilitações técnicas. Essa entidade foi criada em 2024 por iniciativa de um “pool” de empresas do ramo da construção civil. Por outro lado, um abaixo assinado corre na internet pedindo para preservar o edifício com seu uso historicamente ligado à questão social. Lembro que originalmente o edifício foi construído como parte de uma instituição educacional católica e não como sede do DEPRÓS, que o ocupou somente a partir dos anos 1970.

Dado o histórico recente de descuido e abandono do patrimônio cultural e público da cidade pela prefeitura e a falta de prioridade para o tema explicitado pelo orçamento municipal elaborado pelo atual governo, penso que a oferta tem vários aspectos positivos. O primeiro deles é que o uso por uma entidade educacional em princípio atende um dos requisitos básicos para cessão e uso do edifício sem aluguel: uma destinação nobre, de educação e capacitação de pessoas para o trabalho. Como se trata de uma entidade ligada ao setor da construção civil, a recuperação do edifício pode ser facilitada desde que siga as diretrizes definidas pelo CONDEPHAT municipal para restaurá-lo e torná-lo útil à comunidade. Penso que um uso dessa natureza, mesmo que privado, além de cumprir a função social da edificação, economiza recursos públicos que poderiam e deveriam ser investidos em recuperação de outros imóveis da Prefeitura se a administração municipal tivesse como prioridade a manutenção de suas edificações históricas. Como não tem, ao menos permanece como propriedade do Poder Público local, que pode retomá-lo no futuro caso necessário. Deixá-lo abandonado como está, sem perspectiva alguma de investimento pela Prefeitura, é condená-lo à destruição e à perda do patrimônio, como infelizmente já vimos acontecer no caso do Clube dos Bagres e ao próprio Champagnat, que caminha para a perda definitiva sob o silêncio conivente dos poderes constituídos e da anestesiada sociedade civil de uma cidade sem memória.

Mauro Ferreira é arquiteto